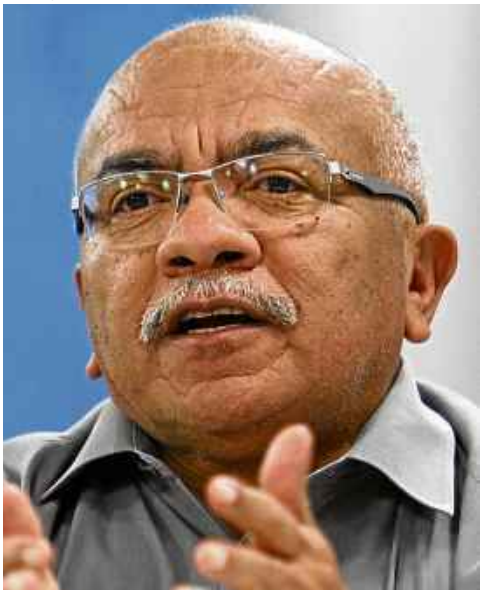




EXO CAPITAL

ANA MARIA CAMPOS/anacampos.df@dabr.com.br

Ana Rayssa/CB/D.A Press - 5/6/19



Marcelo Ferreira/CB/D.A Press



MANDOU BEM

Pela 1ª vez, Brasil aplicou 1 milhão de doses em 24 horas. Foi na Quinta-feira da Paixão. Que venham mais milagres.



MANDOU MAL

As férias do presidente Jair Bolsonaro custaram aos cofres públicos R\$ 2,4 milhões, sendo metade com o cartão corporativo.



ENQUANTO ISSO... NA SALA DE JUSTIÇA

Começam amanhã e terminam na sexta-feira as inscrições para concorrer à lista tríplice para a disputa ao cargo de desembargador do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) na vaga destinada ao Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT). O período destinado à campanha eleitoral será de 12 a 28 de abril. A realização da eleição e a divulgação do resultado ocorrerão em 29 de abril. Em 03 de maio, os nomes dos seis mais votados serão encaminhados ao TJDFT, que deverá realizar votação interna e definir uma lista tríplice. Em seguida, a relação será encaminhada para que o presidente Jair Bolsonaro escolha o novo integrante do Tribunal de Justiça do DF



À QUEIMA-ROUPA

JÚLIO DANILO SOUZA FERREIRA
SECRETÁRIO DE SEGURANÇA
PÚBLICA DO DF

André Feitosa - Ascom/SSPDF



"A instabilidade social e econômica provocada pela pandemia impacta diretamente na segurança pública. Trabalhar nesse cenário incerto tem sido um desafio constante, mas ao mesmo tempo nos permitiu melhorar os processos operacionais e de gestão"

estudamos e trabalhamos juntos na Polícia Federal. Ter um ministro que nasceu aqui, que foi secretário de Segurança Pública, que conhece a realidade do Distrito Federal, será com certeza muito positivo para a população do DF. Teremos sempre um canal aberto com o governo federal não apenas para possível captação de recursos, mas para troca de experiências com outras unidades da federação e também para apoio em projetos do ministério.

TUITADAS

Contra machismo, Kokay quer que Câmara dos Deputados vire Câmara Federal

A deputada federal Erika Kokay (PT-DF) apresentou um Projeto de Resolução para alterar o nome da Câmara dos Deputados. De acordo com a proposta, a casa legislativa passaria a ser chamada de Câmara Federal. Na opinião da deputada, não tem nenhuma justificativa, a não ser o machismo estrutural, para que em pleno século 21 a Câmara ainda seja conhecida como Câmara dos Deputados, mesmo com as mulheres sendo a maioria da população brasileira e havendo inúmeros compromissos assumidos pelo país internacionalmente com a inclusão da mulher.



Reproducao/Instagram

Menos idosos na UTI

A Secretaria de Saúde registra queda nas internações de idosos com mais de 75 anos em leitos de UTI por infecção da covid-19. O mês de abril começa com registros de 25 casos contra os 53 registrados no início de março. Segundo técnicos, a redução de casos graves é resultado da vacinação desse grupo prioritário, que se iniciou em fevereiro/março.

Defesa ao avesso

Um projeto do deputado estadual Ivan Naatz, líder do PL na Assembleia Legislativa de Santa Catarina, tem provocado controvérsia entre mergulhadores do estado. Ele propõe proibir a pesca submarina de garoupa no litoral catarinense. O peixe faz parte da cultura local, mas o que causa risco de extinção é a pesca industrial. A submarina é atividade já regradada, praticada por amadores que escolhem apenas a garoupa que vai ser consumida na mesa de casa. Os peixes ainda são protegidos pelo defeso — que impede a pesca de novembro a fevereiro. Enquanto isso, é comum encontrar a garoupa nos mercados do Rio e Florianópolis, que são tiradas da água por grandes pescadores industriais. Esses, sim, agredem a fauna marinha, inclusive baleias e golfinhos.

Novos horizontes

O novo comandante-geral da PM, Marcio de Vasconcelos, é considerado um oficial equilibrado e do diálogo. É da nova safra de coronéis, formado na 4ª turma de oficiais da Academia da PMDF. Significa abrir novos horizontes na corporação.



A PERGUNTA QUE NÃO QUER CALAR....

Missas e cultos podem ser um alento em momento de distanciamento social, crise econômica e muitas mortes, mas não representam um risco de causarem mais tristeza por causarem, em alguns casos, aglomerações?

Sua gestão representa a continuidade do trabalho do delegado Anderson Torres?

A Secretaria de Segurança Pública do DF possui programas e projetos que vêm sendo desenvolvidos desde 2019, sob a liderança do então secretário, e agora ministro da Justiça, Anderson Torres. Essas ações vêm dando certo e vão continuar. Esse foi um pedido do governador Ibaneis Rocha e vamos cumprir. Porém, dentro da própria dinâmica de gestão de nossas políticas, trabalhamos com metas, monitoramento das ações e avaliação de resultados. Ou seja, a análise do cenário é constante para que sejam feitos ajustes, atualização e aperfeiçoamento de modelos adotados para que os crimes continuem em queda no DF.

O que precisa ser mantido?

Em 2019, antes da pandemia, o DF teve a menor taxa de homicídios em 35 anos. Iniciamos 2020 com o desafio de superar essa marca. O trabalho integrado, as ações de inteligência, a tecnologia e o aperfeiçoamento constante dos processos de gestão nos permitiram fechar o ano com a menor taxa de homicídios dos últimos 41 anos. No primeiro trimestre deste ano, mesmo frente ao recorde do ano passado, os homicídios caíram cerca de 30%. Isto significa que estamos no caminho certo.

Qual foi a principal realização desses dois anos de gestão com Anderson Torres à frente?

Foram diversas conquistas. Posso destacar aqui as reduções históricas dos homicídios e dos crimes contra o patrimônio, que impactam

diretamente na sensação de segurança e na qualidade de vida da população. A priorização ao enfrentamento de todo tipo de violência contra a mulher, que colocou o Distrito Federal em destaque no cenário nacional com redução de quase 50% de feminicídios. Acredito que a grande realização nesses dois anos de gestão, que foram essenciais para que alcançássemos nossas metas, foi a criação de mecanismos para fortalecimento do trabalho integrado entre as forças de segurança pública. Acho que a marca da gestão do ministro Anderson Torres, como ele mesmo costuma dizer, foi a integração.

O que muda?

Estamos sempre monitorando e avaliando os resultados de nossas políticas de segurança para aperfeiçoá-las, se for o caso. Portanto, a mudança de estratégia e novos direcionamentos já fazem parte do nosso processo de gestão. Este ano vamos dar continuidade aos projetos de regionalização da segurança pública. O objetivo é atuar de forma precisa em cada Região Administrativa do DF, levando-se em consideração a realidade de cada local. Para isso, vamos estudar e entender de perto as necessidades da população e dos profissionais de segurança pública que estão na linha de frente nas cidades.

Haverá uma parceria maior entre a Secretaria de Segurança Pública do DF e o Ministério da Justiça e Segurança Pública pela proximidade entre os titulares?

Com certeza. Somos amigos,